

SUS: DA TEORIA À PRÁTICA

GABRIELA PONCE SOARES¹; LEILA CHEVITARESE²

¹Acadêmica do Curso de Medicina da Universidade do Grande Rio Prof. José de Sousa Herdy - e-mail: gabrielaponcesoares@gmail.com

²Professora do Curso de Graduação da Escola de Ciências da Saúde da UNIGRANRIO

INTRODUÇÃO: O Sistema Único de Saúde se baseia em uma nova formulação política e organizacional para o reordenamento dos serviços e ações de saúde, em outras palavras, o SUS busca organizar e direcionar as atuações acerca da saúde. Estão incluídos na construção do SUS princípios doutrinários, dentre eles a Universalidade, que diz que a saúde é direito de todo e qualquer cidadão e dever do governo: municipal, estadual e federal; a equidade evidencia que todo cidadão é igual perante o SUS e será atendido conforme suas necessidades até o limite do que o sistema puder oferecer, e a integralidade mostra que “o homem é um ser integral, biopsicossocial, e deverá ser atendido com esta visão integral por um sistema de saúde também integral, voltado a promover, proteger e recuperar sua saúde” (Brasil,1990). Os princípios que regem a organização do SUS são regionalização e hierarquização, resolubilidade, descentralização, participação dos cidadãos e complementariedade do setor privado (Brasil, 1990). A regionalização e hierarquização estão ligados aos serviços, que devem ser organizados em níveis de complexidade tecnológica crescente, dispostos numa área geográfica delimitada e com a definição da população a ser atendida (Brasil, 2001). A resolubilidade é a “exigência de que, quando um indivíduo busca o atendimento ou quando surge um problema de impacto coletivo sobre a saúde, o serviço correspondente esteja capacitado para enfrentá-lo e resolvê-lo até o nível da sua competência” (Brasil, Lei 8080/1990). A descentralização é “uma redistribuição das responsabilidades quanto às ações e serviços de saúde entre os vários níveis de governo, a partir da idéia de que quanto mais perto do fato a decisão for tomada, mais chance haverá de acerto”(Brasil, NOBSUS/ 1996). A participação dos cidadãos se relaciona com a garantia de que a população utilizando entidades representativas participará do processo de formulação das políticas e controle de execução da saúde. A complementariedade do setor privado indica a responsabilidade do mesmo atuar quando houver a insuficiência do setor público, sob três condições: a instituição privada deverá estar de acordo com os princípios básicos e normas técnicas do SUS; a celebração do contrato com o interesse público prevalecendo sobre o particular; em cada região, deverá estar claramente estabelecido, considerando-se os serviços públicos e privados contratados, quem vai fazer o que, em que nível e em que lugar (Brasil, 1990). **OBJETIVO:** Avaliar o conhecimento da população acerca do Sistema Único de Saúde. **METODOLOGIA:** Esse trabalho foi realizado por acadêmicos do primeiro período do Curso de Medicina, da Universidade do Grande Rio - Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), supervisionados por

sua professora. Ele se destinou a realizar trabalho na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), em Manguinhos, direcionado para um membro da equipe pesquisada. Para isso, foi feito o uso de questionário composto de perguntas abertas e fechadas, a fim de se alcançar o objetivo proposto. Só participaram dessa pesquisa os indivíduos que concordaram, expressando tal consentimento, por meio da assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse trabalho foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da UNIGRANRIO, sob o protocolo (CAE) número 32256714.3.0000.5283. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Pergunta 1: De zero a dez, dê uma nota para o SUS: A maior nota foi 4, a menor foi 0, média aritmética 1,6. Uma das pacientes respondeu nota dez na teoria e cinco na prática. O resultado indica que a maioria dos pacientes não está satisfeita com os serviços do SUS, mesmo sendo considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, ainda sofre impactos da crise econômica e problemas de gestão. Entretanto, MOIMAZ et al. (2010), a maioria aprovou o SUS, tendo feito uma avaliação positiva dos serviços de saúde municipais, embora tenham sido observadas inúmeras queixas quanto ao atendimento, falta de humanização e acolhimento, longo tempo de espera e filas para o atendimento, deficiência de recursos físicos e materiais. Pergunta 2: O que você acha da estrutura física das unidades do SUS? 30% dos entrevistados acharam boas e 70% acham as instalações precárias. A maioria dos pacientes entrevistados não está satisfeita com as instalações das unidades do SUS, se queixam da precariedade nas instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas. Situação essa que poderia ser revertida por meio de maiores investimentos financeiros e por uma gestão eficiente. Esse resultado está de acordo com Madeiro (2013) que descreve muito bem as precariedades citadas pelos entrevistados que afirmam ser as condições das estruturas físicas das Unidades Básicas de Saúde e dos hospitais lastimáveis, pois as mesmas se encontram sem manutenção preventiva e/ou corretiva, funcionando muitas vezes em prédios improvisados e inadequados, com instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas precárias, podendo inclusive estar em risco de morte, aqueles que lá frequentam. Pergunta 3: Há demora na realização dos atendimentos e procedimentos? Todos os pacientes se queixam da demora, principalmente na marcação de procedimentos mais urgentes. Alguns pacientes se queixaram do fato de terem exames considerados urgentes marcados para meses a frente da data solicitada pelo médico. Também citaram o fato de tratamentos, como quimioterapias, serem remarcados e adiados constantemente. Valcarenghi (2014) disponibilizou informações sobre um projeto que recebe denúncias da população chamado “caixa-preta” acerca da demora nos atendimentos, através deste foram feitas mais de 900 denúncias de pacientes insatisfeitos com a demora nos atendimentos solicitados em apenas 13 dias de funcionamento. Chamado Caixa-Preta, o projeto da Associação Médica Brasileira (AMB), quer que o próprio usuário do SUS denuncie quando o sistema não funcionar como previsto em lei. O projeto tem por objetivo avaliar a situação e ajudar a população a controlar a oferta dos cuidados em saúde pelo SUS. Pergunta 4: Você acredita que os serviços possam melhorar? 70% dos pacientes acreditam que sim.

Quando perguntados como aconteceria essa melhora, responderam que acreditam que um governo mais preocupado com a saúde e com menos corrupção, certamente faria o sistema funcionar como na teoria. Esse resultado mostra que a população brasileira acredita que uma boa gestão, com menos corrupção, aproximariam o sistema de seu projeto original. Para Pontes et al (2009) em uma pesquisa desenvolvida em um hospital no Rio de Janeiro, os usuários entrevistados tiveram atitude positiva frente aos cuidados ofertados pelo sistema, apesar das diversas dificuldades encontradas. Acreditam ser possível encontrar acesso aos diversos tipos de serviços, desde os básicos, como atendimento médico, exames e medicamentos, até acesso aos recursos de alta complexidade, tais como transplantes e medicamentos mais específicos. Os usuários tem uma atitude positiva diante do sistema. Pergunta 5: Há medicamentos suficiente a disposição dos pacientes? 70% reclamaram da falta de medicamentos, os outros 30% elogiam e dizem que nunca ficaram sem seus medicamentos nos hospitais ou através de programas como Farmácia Popular. Segundo Oliveira (2010) em muitos municípios brasileiros ocorrem baixa disponibilidade e descontinuidade da oferta de medicamentos essenciais, condições inadequadas de armazenamento que comprometem a qualidade dos medicamentos, prescrição de medicamentos que não pertencem a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e problemas relacionados ao acesso dos usuários aos fármacos. Pergunta 6: Os Profissionais do SUS atendem como você merece e precisa? 40% dos entrevistados elogiam o atendimento dos profissionais, que segundo eles, trabalham sem infraestrutura, porém com dedicação. 60% ainda reclamam da rapidez do atendimento e falta de preocupação. A maioria dos pacientes entrevistados está insatisfeita com a atenção que recebem dos profissionais. Reconhecem que os mesmos trabalham em condições precárias e com baixa remuneração, mas afirmam que esta não é uma justificativa para problemas no atendimento. A resposta da nossa pesquisa está de acordo com o trabalho de Berto et al. (2016) que verificou que segundo os usuários, há falta de profissionalismo e a falta de humanização por partes dos profissionais. A relação não humanizada existente no serviço, não se restringiu aos profissionais de saúde, estendendo-se a outros membros da equipe, chamando a atenção para o trabalho dos recepcionistas, que constantemente estão informando os clientes sobre consulta, exames entre outros. Pergunta 7: Você acha que os problemas do SUS estão ligados a falta de verba ou a falta de organização? 80% acham que está ligada a falta de verba devido a corrupção, outros 30% acham que é falta de organização. A maioria dos entrevistados liga a corrupção ao descaso e abandono do Sistema Único de Saúde, mostraram-se bastante revoltados com a atual gestão onde a saúde foi colocada em “segundo plano”. Zanatta (2010) cita exatamente o que os entrevistados pensam sobre a gestão do SUS, aonde “... o principal obstáculo ao SUS continua sendo a falta de alternativas de financiamento, inclusive dentro da emperrada reforma tributária. O setor privado tem crescido rapidamente nesse rastro e já responde por 60% dos gastos em saúde”. Pergunta 8: Caso você tenha opção de utilizar serviços de saúde privados, optaria pelos serviços do SUS? 40% dos

pacientes acreditam e confiam no SUS, disseram que não utilizariam sistema privado caso tivessem acesso. Ocké-Reis, (2006) descreveu o porquê do resultado que mostra uma população dividida, entre saúde pública e privada. Ele comprova por meio dessa pesquisa que dos 190 milhões de brasileiros, 43 milhões tem plano de saúde e recorrem a rede pública. Esse resultado se dá pelo fato de o SUS ser responsável pelo maior programa de imunização do mundo, além dos programas de combate as doenças sexualmente transmissíveis, a implementação da política de Assistência Farmacêutica, alguns programas como: SAMU, Farmácia Popular, Brasil Sorridente, UPAs, entre outros. Pergunta 9: O que você acrescentaria aos serviços do SUS? Todos os pacientes citaram a necessidade da existência de novas unidades de atendimento e mais profissionais da saúde, de forma a atender a população com mais agilidade e qualidade. Foi observado, ainda que a maioria não confia no sistema e encontram-se extremamente indignados com a situação. Cerca de 20 pessoas foram questionadas sobre a qualidade do SUS e de 0 à 10 a média aritmética das notas não ultrapassou 1,6. Apenas 1% acredita que um dia o sistema funcione. A maioria atribui essa falência a administração do governo. Todo esse sistema funcionaria caso não vivenciássemos problemas com financiamento decrescente do SUS, por causa do baixo investimento do Governo Federal na área da saúde. A corrupção que tem consumido, por estimativa, entre 30 e 40% dos recursos, ainda se perde por mau uso, por uso indevido, por um modelo assistencial inadequado, por baixo investimento em recursos humanos. (GILSON, 1993) O modelo assistencial muito baseado em sofisticação e pouco nas necessidades básicas e um controle social precário, por isso os novos tempos do SUS clamam por uma maior e mais profunda participação popular. **CONCLUSÃO:** O Sistema Único de Saúde tem sido capaz de estruturar e consolidar um sistema público de saúde de enorme relevância, com resultados inquestionáveis para a população brasileira. O Brasil vem experimentando desde a criação do Sistema, mudanças importantes no sistema de saúde pública, neste contexto, princípios importantes vem norteando a política de saúde no país, tais como universalidade do acesso, integralidade da atenção e equidade. Porém os problemas persistem e precisam ser enfrentados para que o SUS seja um sistema público com serviços de qualidade. Esses problemas podem ser agrupados em torno de grandes desafios a superar.

DESCRITORES: SUS; Ensino Médico; Cuidados em Saúde; Formação de Recursos Humanos

REFERÊNCIAS

- Ministério da Saúde. 1990. Brasília/ DF. ABC do SUS, Doutrinas e Princípios, Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf>.
- CARVALHO, G C M. 1993. O momento atual do SUS... a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei. *Saude soc.* [online]. vol.2, n.1, pp.9-24. ISSN 1984-0470. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901993000100003>.
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS. 2015. Disponível em: <<http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-GESTAO-DO-SUS.pdf>>

- CÓRDOVA, Diego. O direito fundamental à saúde: da teoria à Judicialização. 2012. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/31241/DIEGO%20RINALDI%20CORDOVA.pdf?sequence=1>>.
- MOIMAZ, S. A. S. et al. Satisfação e percepção do usuário do SUS sobre o serviço público de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1419-1440, 2010.
- BERTO, A. P. F. et al. Percepção do usuários do SUS sobre a qualidade no atendimento em serviços na atenção básica de saúde. *Revista Conexão Eletrônica*, aems, v13, 2016.
- MALLMANN, E. Direito à saúde e a responsabilidade do estado. 2012. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7652/Direito-a-saude-e-a-responsabilidade-do-Estado>>
- ZANATTA, M. Falta de verba e falhas de gestão põem SUS em xeque. *Academia Brasileira de Direito*, 2010. Disponível em: <<http://abdir.jusbrasil.com.br/noticias/2174280/falta-de-verba-e-falhas-de-gestao-poem-sus-em-xeque>>
- PONTES, A. P. M. et al. O Princípio de Universalidade do Acesso aos serviços de saúde: O que pensam os usuários? *Esc Anna Nery Rev Enferm*, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n3/v13n3a07>>
- MADEIRO, Ricardo C. V. Crise na Saúde Pública. *Revista Jurídica Consulex*, Fortaleza, CE, 2013. Disponível em: <<http://oabce.org.br/2013/08/artigo-cri-se-na-saude-publica/>>
- BRASIL. Atividade Legislativa. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>.
- BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>.
- VALCARENghi, A. Maioria das reclamações no SUS são de demora no atendimento. *EBC Agência Brasil*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/maioria-das-reclamacoes-na-caixa-preta-sao-de-demora-no-atendimento-pelo-sus-0>>
- OLIVEIRA, L. C. F. et al. Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde: da Política Nacional de Medicamentos à Atenção Básica à Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000900031>
- OCKÉ-REIS, C O. O PÚBLICO E O PRIVADO NA SAÚDE. Heimann LS, Ibanhes LC, Barboza R, organizadores. Editora Hucitec, São Paulo, SP, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001200022>